

“Não é admissível privados contribuírem para o financiamento do sector público”

## Empresários de S. Miguel acusam hospitais de atrasos no pagamento a fornecedores

A Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada/Associação Empresarial das Ilhas de S. Miguel e Santa Maria denunciou ontem o atraso no pagamento a fornecedores, designadamente por parte dos hospitais da Região.

“Infelizmente, continuam a verificar-se situações de dívidas não regularizadas nos prazos legalmente estabelecidos, que estão a aumentar em termos de volume e também em tempo de atraso, principalmente por parte de hospitais”, denunciam os empresários em comunicado enviado ao nosso jornal.

Acrescentam que “a política nesta matéria tem que ser alterada muito rapidamente, pois não é admissível continuarem a ser os fornecedores privados a contribuírem para o financiamento do sector público”.

O comunicado recorda que “reconhecendo a ilegalidade e persistência de atrasos nos pagamentos aos fornecedores, a própria Comissão Europeia apresentou queixa contra Portugal, muito em especial pela maior intensidade desta situação nas regiões autónomas, o que é, infelizmente, bem revelador do



*Empresários afirmam que “não é possível continuar com esta realidade triste”*

que se regista neste âmbito”.

“Esta situação é ainda menos compreensível, quando se registam situações muito diferenciadas entre hospitais, em termos de prazos de pagamento”, acrescentam os empresários.

“Não é possível continuar com esta realidade triste, que contribui para degradar a situação financeira das empresas, uma vez que estas se vêm obrigadas, em muitos casos, a recorrerem a financiamento bancário, agora a taxas

de juro muito mais altas, para poderem cumprir as suas obrigações para com os seus fornecedores, para com os seus trabalhadores e para com o próprio Estado, que se revela implacável quando os privados se atrasam no cumprimento de qualquer obrigação”, acusam os empresários.

A Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada lembra que, por altura da apreciação da proposta de Orçamento da Região, alertou para o perigo acrescido de pagamentos em atraso face a uma proposta orçamental restritiva que aumenta o risco de agravamento desta prática que é uma chaga que condiciona o bom funcionamento do sistema económico e social dos Açores.

“A lei europeia e a portuguesa, também, condenam estas situações que têm perdurado, sem solução ao longo dos anos”, alerta a Câmara do Comércio, considerando que “é imperioso que se ponha termo rápido a esta situação assumindo as entidades públicas o ónus das suas opções, para um funcionamento mais saudável do nosso sistema económico e social”.

## Valor mediano das vendas por m2 da habitação ultrapassa pela primeira vez os mil euros nos Açores

O valor mediano das vendas por metro quadrado nos alojamentos familiares subiu para 1.040 euros nos Açores no quarto trimestre do ano passado, quando no ano anterior estava abaixo dos mil euros.

Os dados foram divulgados ontem pelo INE, que indicam a Região Autónoma dos Açores na 13ª posição das 25 regiões do país com os valores mais altos.

No 4º trimestre de 2022, o preço mediano de alojamentos familiares transacionados em Portugal foi 1 500/m2.

Este valor representa um acréscimo de 0,5% face ao 3º trimestre de 2022 e de 10,7% relativamente ao 4º trimestre de 2021.

Registe-se que esta última taxa foi inferior à observada no 3º trimestre de 2022 que se situou em +13,5%.

No período em análise, o Algarve (2 435 euros/m2 e +15,2%), a Área Metropolitana de Lisboa (2 169 euros/m2 e +13,9%), a Região Autónoma da Madeira (1 791 euros/m2 e +18,9%), a Área Metropolitana do Porto (1 667 euros/m2 e +15,4%) e o Alentejo Litoral (1 545 euros/m2 e +22,6%) registaram, simultaneamente, valores medianos de habitação e taxas de variação homóloga superiores aos do país (1 500 euros/m2 e +10,7%). Para além dessas regiões, destacaram-se as regiões de Aveiro (+18,3%), Médio Tejo (+17,2%) e Lezíria do Tejo (+15,7%), com taxas de variação homóloga superiores a 15%.

As sub-regiões Beira Baixa (-7,4%), Beiras e Serra da Estrela (-5,9%) e Terras de Trás-os-Montes (-0,5%) registaram diminuições homólogas dos preços da habitação no 4º trimestre de 2022. Tal como em anteriores trimestres, o Alto Alentejo apresentou o menor preço mediano de venda de alojamentos familiares (496 euros/m2).

No 4º trimestre de 2022, o valor mediano de alojamentos familiares transacionados em Portugal envolvendo compradores com domicílio fiscal no estran-

geiro foi 2 239 euros/m2 (valor superior ao registado no trimestre anterior: 2 199 euros/m2) e no caso das transações por compradores com domicílio fiscal em território nacional este valor foi 1 467 euros/m2 (no 3º trimestre de 2022 tinha sido 1 464 euros/m2).

As quatro sub-regiões com preços medianos da habitação mais elevados – Algarve, Área Metropolitana de Lisboa, Região Autónoma da Madeira e Área Metropolitana do Porto – apresentaram também os valores mais elevados em ambas as categorias de domicílio fiscal do comprador: território nacional (2 270 euros/m2, 2 145 euros/m2, 1 724 euros/m2 e 1 645 euros/m2, respetivamente) e estrangeiro (2 921 euros/m2, 3 525 euros/m2, 2 500 euros/m2 e 2 889 euros/m2).

### Subida com compradores estrangeiros

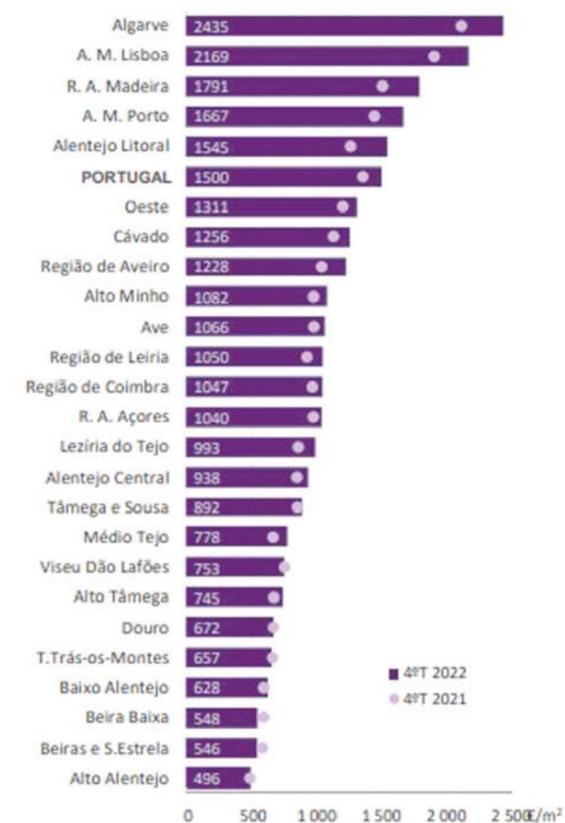
Nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa o preço mediano (euros/m2) das transações efectuadas por compradores com domicílio fiscal no estrangeiro superou, respectivamente em +75,6% e +64,3%, o preço das transações por compradores com domicílio fiscal em território nacional.

O preço mediano de alojamentos familiares adquiridos pelas famílias em Portugal, no 4º trimestre de 2022, foi 1 528 euros/m2 (+0,8% que no trimestre anterior e +10,1% face ao trimestre homólogo) e pelos compradores pertencentes aos restantes setores institucionais, manteve-se o valor do 3º trimestre de 2022, 1 333 euros/m2 (+21,5% face ao trimestre homólogo).

Com exceção do Alentejo Litoral e da Região Autónoma da Madeira, nas restantes sub-regiões verificaram-se preços medianos da habitação mais elevados em transações cujo comprador pertence ao setor institucional famílias.

As cinco sub-regiões com os preços mais elevados

Figura 1. Valor mediano das vendas por m<sup>2</sup> de alojamentos familiares, Portugal e NUTS III, 4ºT 2021 e 4ºT 2022



que o país – Algarve, Área Metropolitana de Lisboa, Região Autónoma da Madeira, Área Metropolitana do Porto e Alentejo Litoral – apresentaram também preços superiores ao do país considerando as duas categorias do sector institucional do comprador.